



## **Avaliação da Privacidade de Dados em Instituições de Ensino Superior: Desenvolvimento de Instrumento Orientador**

Leonardo Cóprio Prado<sup>1</sup> 0000-0002-4745-6545  
Ivanete da Rosa Silva de Oliveira<sup>1</sup>; 0000-0003-3368-718X  
Júlio César Soares Aragão<sup>1</sup>; 0000-0002-8210-6348

*1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.  
[leonardo.prado@uol.com.br](mailto:leonardo.prado@uol.com.br)*

**Resumo:** A preservação dos direitos civis é considerada cláusula pétrea pela Constituição Federal, e intrínseca à dignidade da pessoa humana. Atualmente, a proteção de dados passou a figurar como Direito Fundamental na Carta Magna, o que exige de todos, respeito a esse comando legal. Quaisquer tratamentos de dados seguem esta regra, mas em ambientes de saúde o potencial lesivo de irregularidades é consideravelmente maior. O objetivo geral do estudo foi desenvolver um produto educacional para auxiliar as IES na avaliação e tratamento adequado de dados sensíveis, com foco na área da saúde. A metodologia envolve a criação e aplicação de uma "Estrutura de Análise da Privacidade" baseada nos princípios da LGPD. A estrutura é implementada em colaboração com profissionais ligados a uma IES específica, o Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA. A coleta de dados analisou os resultados da aplicação da estrutura, identificando desafios e oportunidades relacionados à proteção de dados nas IES. A análise dos dados resultou na proposição de diretrizes e recomendações para uma abordagem eficaz de proteção de dados nesse contexto. Conclui-se que o estudo contribui para a conformidade das IES com a LGPD e para a proteção dos direitos fundamentais à privacidade em um ambiente acadêmico altamente regulamentado.

**Palavras-chave:** Proteção de Dados. Personalidade. Ensino Superior.

### **INTRODUÇÃO**

O século XXI testemunhou uma transformação significativa na dinâmica econômica global, impulsionada predominantemente pela crescente relevância dos dados. À medida que avançamos na era digital, as informações se tornaram uma extensão intrínseca de nossa identidade e personalidade. Tepedino (2014), nesse sentido, argumenta que cada interação, transação e manifestação social deixa um rastro de dados pessoais que, em análises contemporâneas, são considerados elementos vitais para caracterizar detalhadamente qualquer indivíduo.

Esses dados pessoais, como uma pegada virtual que permeia todas as esferas de nossas vidas (Doneda, 2020), conferem a quem os controla um acesso profundo e



Íntimo às informações dos indivíduos, muitas vezes ultrapassando os limites do conhecimento dos próprios titulares. Nesse contexto, como podem as IES garantir o tratamento adequado dos dados pessoais e proteger o direito fundamental à privacidade dos indivíduos em um ambiente altamente regulamentado e em constante evolução?

A partir dessa problematização, surge a proposta de desenvolver um produto educacional específico, que consiste em um documento orientador elaborado para ser utilizado por instituições de ensino superior (IES) com o intuito de avaliar se os diversos setores que compõem a organização acadêmica estão lidando de maneira adequada com dados sensíveis. Esse desafio é particularmente relevante em ambientes educacionais, especialmente aqueles que envolvem práticas de ensino na área de saúde, onde a proteção do direito fundamental à privacidade de dados se torna imperativa.

Diante do exposto, este ensaio justifica-se pelo fato de centrar na descrição de um processo de criação e implementação de uma "Estrutura de Análise da Privacidade," baseada nos princípios fundamentais da Lei nº 13.709/2018 (Brasil, 2018). Essa estrutura de análise não apenas delinea um roteiro abrangente, mas também estabelece as diretrizes a serem seguidas por gestores educacionais em meio ao complexo contexto da proteção de dados, com o propósito primordial de salvaguardar o livre desenvolvimento da personalidade, conforme argumentado por Rodotà (2008).

A aplicação desta Estrutura de Análise da Privacidade foi realizada em colaboração com profissionais vinculados ao Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. Durante essa implementação, adotou-se uma abordagem que combinou conceitos teóricos com uma análise à luz da heurística. Essa escolha se justifica pela natureza multifacetada e altamente regulamentada do ambiente educacional, que exige dos profissionais de uma IES uma atenção meticulosa aos preceitos individuais de proteção de dados.

Hase e Kenyon (2000) introduziram a heurística como a teoria da aprendizagem autodeterminada, onde quem aprende têm controle sobre como e o que aprendem.





Essa teoria se baseia na agência humana na ação de aprendizagem, enfatizando o protagonismo do aprendente como centro do processo de ensino-aprendizagem.

O objetivo geral deste estudo consiste em descrever um produto educacional destinado a instituições de ensino superior, com a finalidade de possibilitar uma análise abrangente da privacidade de dados manipulados pelos diversos setores organizacionais. Além disso, visa desenvolver um instrumento orientador que auxilie gestores educacionais na conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), com o propósito primordial de proteger o livre desenvolvimento da personalidade das partes envolvidas. Para tal, pretende-se: descrever sobre a elaboração uma Estrutura de Análise da Privacidade que seja aplicável em Instituições de Ensino Superior; relatar sobre a aplicação dessa Estrutura de Análise da Privacidade junto a profissionais em uma IES específica, avaliando sua eficácia e relevância prática; identificar desafios e oportunidades específicas relacionadas à proteção de dados em ambientes educacionais; propor diretrizes e recomendações para uma abordagem efetiva de proteção de dados em Instituições de Ensino Superior.

## **METODOLOGIA**

A metodologia deste estudo foi delineada com o objetivo de abordar a crescente importância da proteção de dados no contexto de uma sociedade que política, social e economicamente tem sido orientada pela gestão de dados. Para isso, desenvolvemos e aplicamos a "Estrutura de Análise da Privacidade", alicerçada nos princípios da LGPD.

Essa estrutura foi implementada em colaboração com profissionais de uma IES específica, o Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. A coleta de dados permitiu a análise dos resultados obtidos por meio dessa aplicação, juntamente com a identificação de desafios e oportunidades relacionados à proteção de dados no ambiente da IES. Por fim, com base nas conclusões derivadas da aplicação da estrutura de análise de privacidade, propusemos diretrizes e recomendações para uma abordagem efetiva de proteção de dados no contexto de IES. Isso visa mitigar os







riscos associados à falta de conformidade e contribuir para a salvaguarda da privacidade dos indivíduos dentro do ambiente educacional.

## DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

A reunião ocorreu de maneira virtual e síncrona, em ambiente interno da instituição. Após apresentação dos comandos legais sobre o tema, foi apresentado o protótipo do produto.

A concepção desta ferramenta buscou amparo conceitual na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, e por isso a nomenclatura de Relatório de Impacto à Proteção de Dados – RIPD. Também observamos o núcleo das informações no texto legal, mormente nos trechos que tratam de dados sensíveis, entre eles aqueles relacionados à saúde.

O objetivo do produto foi auxiliar os gestores na melhor forma de tratamento de dados pessoais, buscando o respeito aos Direitos Fundamentais da comunidade acadêmica.

A construção teve foco no mapeamento das informações, tratando a vida-útil dos dados e a categorização dos sujeitos envolvidos (alunos e terceiros em atendimento médico). O roteiro também exigia dos gestores, a ciência completa de compartilhamento das informações, em âmbito interno e externo.

Tais exigências foram aportadas no protótipo porque, gestores e professores como prepostos de IES, podem ser responsabilizados individualmente por desrespeito às novas obrigações legais.

Assim, após apresentação do formulário aos profissionais, foi requerido preenchimento das informações, como uma anatomia do Tratamento de Dados. Mediante esta abordagem, é possível caracterizar de forma precisa cada etapa e abordagem com dados, permitindo assim a avaliação final à luz dos preceitos legais.

Como material de apoio, também foi desenvolvido o “Guia de Apoio à LGPD”, que descreve de forma mais abrangente todos os conceitos que devem ser observados na aplicação do *framework*, e servirá como produto de ensino com a conclusão do programa.



Após a aplicação do protótipo, pôde-se observar a necessidade de atualização de aspectos do produto. Os conceitos apresentados são novos, e a atualização docente, apesar de existente, não acompanha as mudanças.

Independentemente do ambiente em que esse documento seja aplicado, dada sua capacidade de ser adaptado e utilizado em diferentes contextos, ele representa uma valiosa contribuição para o crescimento e desenvolvimento de uma IES. Esse instrumento, denominado "Documento Orientador para uma Estrutura de Análise de Privacidade," desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade contemporânea mais consciente e responsável em relação à proteção de dados pessoais.

A ferramenta ainda exige total acompanhamento para sua aplicação, e espera-se que seja usada de forma autônoma pelos gestores. Por isso a necessidade de modificá-la, conferindo mais características para sua utilização individual e não supervisionada.

Também se espera do público-alvo mais atualização conceitual, que permita o uso do produto. Foi reforçada, entretanto, a premissa de que o ambiente acadêmico é ideal para a aplicação deste trabalho.

Os conceitos tratados neste estudo estão intimamente relacionados aos resultados da pesquisa sobre a criação do "Relatório de Impacto à Proteção de Dados" (RIPD) e seu objetivo de auxiliar os gestores na melhor forma de tratar dados pessoais, respeitando os Direitos Fundamentais da comunidade acadêmica.

Percebeu-se que a criação do RIPD proporcionou o entendimento e a documentação da natureza de rastros de dados (Tepedino, 2014) na instituição de ensino superior. Desse modo, compreende-se que a necessidade de controlar e proteger essas pegadas virtuais (Doneda, 2020) foi refletida na elaboração do RIPD, que visa conferir maior controle sobre o acesso profundo e íntimo às informações dos indivíduos.

A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) estabelece princípios fundamentais, incluindo o propósito primordial de salvaguardar o livre desenvolvimento da personalidade, conforme destacado por Rodotà (2008). O RIPD





busca cumprir esses princípios, especialmente no que diz respeito ao tratamento adequado de dados pessoais sensíveis na comunidade acadêmica.

A abordagem do RIPD se alinha ao conceito da teoria da aprendizagem autodeterminada, denominada de heutagogia (Hase; Kenyon, 2000), onde gestores têm a responsabilidade de compreender e autodeterminar o tratamento de dados pessoais na instituição. A criação do RIPD reconhece essa não linearidade (Agonács; Matos, 2020) ao mapear informações e tratar a vida útil dos dados, considerando a diversidade de dados sensíveis na área acadêmica.

A pesquisa revelou a necessidade de atualização contínua do produto, refletindo o reconhecimento de que os conceitos são novos e a atualização docente não acompanha as mudanças. Essa constatação destaca a importância da educação continuada e da atualização conceitual, conforme sugerido por vários dos autores mencionados, para garantir a eficácia do RIPD no ambiente acadêmico.

Sendo assim, apesar de ser um tópico discutido academicamente por séculos, como evidenciado por Warren e Brandeis (1890), a matéria de privacidade agora assume uma exigência formal e regulamentar, que, até então, não havia sido estabelecida. Contudo, é importante ressaltar que ainda não existe um programa de atualização ordinário em proteção de dados, revelando uma lacuna crítica que este ensaio buscou abordar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatou-se que as IES desempenham um papel fundamental no aprendizado formal dos discentes e na atualização dos docentes e gestores. Portanto, a proteção de dados e a conformidade com regulamentações como a LGPD foram consideradas essenciais nesse ambiente.

O RIPD desenvolvido neste estudo desempenhou um papel significativo no controle, proteção e respeito aos direitos fundamentais dos indivíduos no ambiente acadêmico, porque a ausência de programas de atualização formal em proteção de dados nesse ambiente cria uma lacuna crítica que pode expor as IES a riscos substanciais de não





conformidade com a legislação vigente e de violação da privacidade das pessoas envolvidas.

Desse modo, o RIPID proporcionou uma estrutura eficaz para entender e documentar rastros de dados, promovendo maior controle sobre o acesso às informações dos indivíduos. O RIPD alinhou-se com os princípios fundamentais da LGPD, especialmente o propósito de salvaguardar o livre desenvolvimento da personalidade. Essa conformidade foi essencial para garantir que as IES respeitassem a legislação e protegessem adequadamente a privacidade dos envolvidos.

A abordagem utilizada para a construção do RIPD refletiu a heurística, uma teoria da aprendizagem autodeterminada que enfatizou o protagonismo do aprendiz. Isso foi fundamental para compreender a diversidade de dados sensíveis nas IES e garantir uma abordagem não linear na proteção de dados.

Observou-se que a atualização constante do RIPD foi necessária, uma vez que os conceitos eram novos e a atualização docente nem sempre acompanhava as mudanças. Isso destacou a importância da educação continuada e da atualização conceitual para garantir a eficácia do RIPD no ambiente acadêmico.

Conclui-se que este estudo contribuiu para a conformidade das IES com a LGPD, bem como para a proteção dos direitos fundamentais à privacidade no contexto altamente regulamentado e dinâmico das IES. Foi fundamental reconhecer que a evolução dos conceitos e a busca por abordagens eficazes de proteção de dados eram uma parte integrante do progresso educacional e da garantia do respeito aos direitos individuais no ambiente acadêmico.

## REFERÊNCIAS

AGONÁCS, N.; MATOS, J. F. Os Cursos On-line Abertos e Massivos (Mooc) como ambientes heurísticos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** (Online). 2020. Disponível em: [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-66812020000100017](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812020000100017) Acesso em: 14 de março de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.709/2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-)



2º Congresso  
**Tudo é  
Ciência:  
(Ser) Humano na  
Sociedade 5.0**



ORGANIZADO POR:

UniFOA

2018/2018/lei/L13709compilado.htm>. Acesso em 07 out. 2020.

DONEDA, Danilo. **Da Privacidade à Proteção de Dados**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

HASE, S.; KENYON, C. *From andragogy to heutagogy*. *Ultibase Articles, Melbourne*, v. 5, p. 1-10, 2000.

KONDER, Carlos Nelson. O tratamento de dados sensíveis à luz da Lei 13.709/2018. In. TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no Direito Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, p. 455.

RODOTÀ, Stefano. **A vida na sociedade da vigilância**. São Paulo: Renovar, 2008.

TEPEDINO, Gustavo. **Liberdades, tecnologia e teoria da interpretação**. *Revista Forense*, v. 419. 2014.

WARREN, Samuel, BRANDEIS, Louis. “**The right to privacy**”, *In: 4 Harvard Law Review* 193 (1890).



2º Congresso  
**Tudo é  
Ciência:  
(Ser) Humano na  
Sociedade 5.0**

2º Congresso Brasileiro de Ciências e Saberes Multidisciplinares  
Volta Redonda - RJ | 26 a 28 de Outubro

ORGANIZAÇÃO

UniFOA